

FHC assina convênios para saneamento

Marluza Mattos e Taciana Collet
De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai assinar hoje convênios no valor de R\$ 188,8 milhões com os governos de Sergipe e Pernambuco para melhorar as condições de saneamento básico da população. Os recursos beneficiarão os 231 municípios mais pobres dos dois Estados. As ações de saneamento fazem parte do Projeto Alvorada, programa do governo federal de combate à pobreza nas 2.318 cidades brasileiras com mais baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

FHC viajará aos dois Estados acompanhado do ministro da Saúde, José Serra. A assinatura do convênio será às 12h, no Centro de Convenções de Aracaju, e às 16h no Palácio Campo das Princesas, em Recife. O valor total dos convênios para Sergipe é de R\$ 18,2 milhões. Já para Pernambuco serão destinados R\$ 170,6 milhões. Lançado em julho do ano passado, o projeto Alvorada dá prioridade a 15 programas nas áreas de educação, saúde e renda, que vão receber cerca de R\$ 13,2

bilhões até 2002.

As diretrizes nacionais para o saneamento no país começam a ser discutidas no Congresso na próxima semana. O presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), prometeu instalar na terça-feira uma comissão especial para tratar do assunto. O relator será o deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE). O prazo de emendas ao projeto do saneamento, elaborado pelo governo, encerrou ontem. No total, foram apresentadas 209 emendas, 19 delas de autoria dos secretários de saneamento e recursos hídricos dos Estados.

O governo prometeu retirar o caráter de urgência constitucional da proposta. O projeto proíbe aos Estados e municípios cobrarem pela concessão dos serviços e altera regras sobre a titularidade do saneamento, já que institui o "serviço de interesse comum", onde a rede atende mais de um município, no caso das regiões metropolitanas. A proposta já recebeu 209 emendas. "Esse número ainda pode aumentar, depois que a urgência for retirada e o prazo de emendas prorrogado", avalia o

líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira.

Das 209 alterações apresentadas ao projeto, 19 são de autoria dos secretários estaduais de saneamento e recursos hídricos. Eles estiveram reunidos ontem, em Brasília, estudando qual a melhor estratégia para aprovação do projeto no Congresso. "Formamos um grupo de acompanhamento da tramitação", contou o presidente do Fórum dos Secretários de Saneamento, Antonio Carlos Mendes Thame. Esse grupo será formado pelos secretários estaduais de São Paulo, Bahia, Goiás, Paraná, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Pernambuco. "Queremos estar atentos", completa.

Thame elogia a proposta do governo. "Apenas queremos reduzir algumas incertezas no texto", declara, ao justificar as 19 emendas. Ele ainda diz que é necessário esclarecer o fato de que a união de deverá ser remetida às assembleias legislativas para a elaboração de leis complementares estaduais. "A união só é viável se os municípios, juntos, forem capazes de executar todo o ciclo do saneamento.